



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

**PROJETO DE LEI Nº 026/2022**, de 01 de agosto de 2022.

**Autor:** Vereador **GLEIBSON GONÇALVES DE OLIVEIRA (CAMARGUINHO)**.

A comissão competente  
para o parecer

Crixás-GO

PRESIDENTE

**"Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás e dá outras providências.**

Faço saber que a **Câmara Municipal de Crixás**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e nos termos regimentais vigentes *aprova*, e o Prefeito Municipal, *sanciona* a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Fundo Municipal de Combate à Fome, com o objetivo de viabilizar à população do Município de Crixás o acesso a níveis dignos de subsistência, nutrição e segurança alimentar.

**Parágrafo único.** Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal de Combate à Fome devem ser aplicados única e exclusivamente em programas e ações de garantia à nutrição e à segurança alimentar, dirigidas para melhoria da qualidade de vida, incluindo ações de proteção à criança e ao adolescente e ações de incentivo à agricultura familiar.

**Art. 2º** Compõem o Fundo Municipal de Combate à Fome:

- I - Dotações orçamentárias específicas;
- II - Doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior; e
- III - Outras receitas, a serem definidas em regulamento.

3ª VOT. NÃO APROVADO

ASS.

PRESIDENTE

2ª votação  
16/02/2022

1ª VOTAÇÃO APROVADO

ASS.

PRESIDENTE



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

**§ 1º** Os recursos do Fundo Municipal de Combate à Fome não poderão ser utilizados em finalidade diversa da prevista nesta lei, nem serão objeto de remanejamento, transposição ou transferência.

**§ 2º** É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Combate à Fome para remuneração de pessoal e encargos sociais.

**Art. 3º** A disciplina sobre vinculação, fontes de recursos, aplicação e movimentação de recursos, gestão, funcionamento, prestação de contas e outros procedimentos necessários ao Fundo Municipal de Combate à Fome será estabelecida em regulamento.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete n. 07 do Vereador da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás**, que abaixo subscreve, ao 01 dia do mês de agosto do ano de 2022.

  
**GLEIBSON GONÇALVES DE OLIVEIRA**  
Vereador (**CAMARGUINHO**) PL



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir uma ferramenta que concretize uma política municipal de combate à fome em Crixás. Uma vez que é ação impreterível do município garantir o direito à alimentação e à segurança alimentar nutricional, assegurando autonomia e soberania das famílias na produção, escolha e consumo dos alimentos, a criação do Fundo Municipal de Combate à Fome se mostra ferramenta essencial para o seu cumprimento. Os recursos que virão a ser mantidos pelo Fundo proposto neste projeto de lei estarão submetidos às políticas públicas, estratégias e subsídios governamentais de enfrentamento à pobreza, que devem considerar a distribuição e consumo de alimentos para toda a população, especialmente após a grave crise de insegurança alimentar aprofundada em todo o Brasil a partir da pandemia de Covid-19.

A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apontou que a insegurança alimentar moderada afeta pelo menos 11,5% das famílias brasileiras, enquanto a greve está presente em 9% dos lares. Já são 49,6 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Conforme a FAO, ONU e OMS, entre 2014 e 2020, dobrou o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Voltamos ao chamado Mapa da Fome, com patamares semelhantes a 2004.

Para que se tenha uma ideia, durante a pandemia, 13,6% dos adultos brasileiros deixaram de fazer sequer uma refeição no dia em algum momento da pandemia. E o que é ainda mais grave, conforme o IBGE, apenas uma em cada quatro crianças consegue realizar as três refeições básicas diárias.

O direito à alimentação está no artigo 6º da Constituição Federal e atende a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

O artigo 3º, incisos I e IV, reforça ainda que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já no artigo 30, inciso I, a Constituição Federal aponta que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local. E a fome da nossa população certamente é um tema local que exige prioridade máxima.

No contexto local específico, caberá ao Executivo regulamentar o Fundo, mas é de supor que esta ferramenta poderá dar condições a ações como Restaurantes Populares ou o fomento a famílias em situação de vulnerabilidade. Além de dar maior legitimidade e representatividade a todos os segmentos da sociedade pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Crixás, mas limitado a funções consultivas por parte do Executivo em relação a qualquer investimento específico. E, na prática da atual política de assistência social do município, tem representação basicamente apenas pelo Banco de Alimentos, que é uma ação meritória, mas, isolada, não atinge plenamente o objetivo de garantir o combate à fome em Crixás.

Na gestão dos últimos anos, por proposição deste vereador, esta Casa aprovou várias matérias de Combate à Fome e à Miséria, que tem entre os seus objetivos: estudar propostas inovadoras que tenham como premissas a abertura de restaurantes populares, a distribuição de cestas básicas, a transferência de renda, a assistência social e o combate ao desperdício de alimentos; discutir mecanismos inovadores que garantam, de forma qualificada, o acesso da sociedade civil às políticas públicas de distribuição de alimentos. Ciente de que o Fundo Municipal de Combate à Fome atende aos objetivos já apontados pelos nobres vereadores, conto com o apoio dos pares para aprovação deste Projeto de Lei.



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

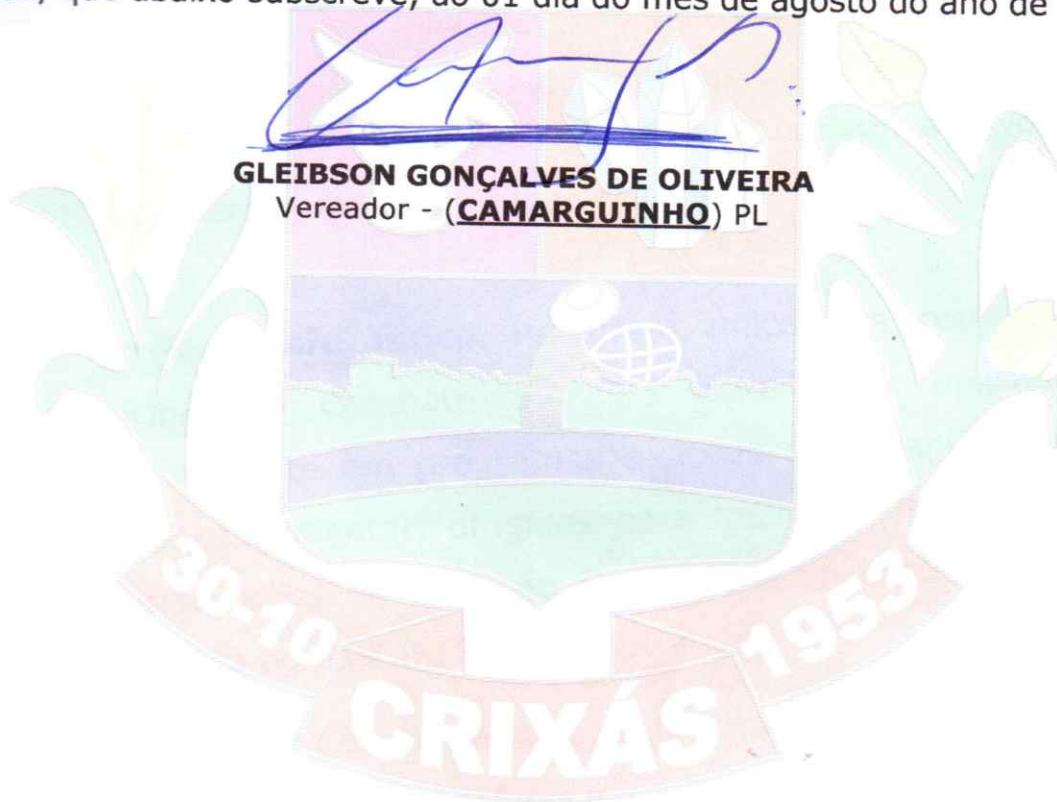
ADM. 2021/2022

Destarte, Nobres Pares, estes foram os motivos que nortearam a apresentação da proposição legislativa ao crivo do Egrégio Plenário, a qual certamente contará com a aprovação desta Casa de Leis.

Assim, na certeza de poder contar com total apoio de Vossa Excelência pela aprovação do presente Projeto, desde já antecipo os meus agradecimentos.

**Gabinete n. 07 do Vereador da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás**, que abaixo subscreve, ao 01 dia do mês de agosto do ano de 2022.

**GLEIBSON GONÇALVES DE OLIVEIRA**  
Vereador - (**CAMARGUINHO**) PL





ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

## DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO AO RELATOR

O Presidente da Comissão Permanente Reunida (CPR), nos usos de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 83, §1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Crixás-Go, encaminha o presente Projeto de Lei n. 026, de 01 de agosto de 2022, de autoria legislativa, que em síntese: **“Institui o Fundo Municipal de combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás” e dá outras providencias**, ao Nobre Relator da CPR, Vereador Cleiton Pereira Machado, para que no prazo de 12 (dose) dias exare Parecer.

Crixás, aos 16 de janeiro de 2023

**GLEIBSON GONÇALVES DE OLIVEIRA – CAMARGUINHO**

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE REUNIDA

Ciente:

Data:



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

## DESPACHO Nº 007/2023

O Relator da Comissão Permanente Reunida – CPR, da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições e cumprindo com os tramites legais, vem respeitosamente a presença do Senhor Presidente da mencionada CPR, devolver o Projeto de Lei n. 011, de 06 de junho de 2022, de autoria da Mesa Diretora desta Casa de Leis, que em síntese: *“Altera Denominação de Via Pública no Distrito de Auriverde, neste Município de Crixás, Estado de Goiás”* e dá outras providencias; visando dar suporte o ato final de homologação.

**Gabinete n. 3, do Vereador/Relator da Comissão Permanente Reunida, da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás, aos 16 de janeiro de 2023.**

**CLEITON PEREIRA MACHADO**

Relator da CPR

Ufc/..



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2023/2024

## PARECER N.º. 014/2023

14/fevereiro/2022

### COMISSÃO PERMANENTE REUNIDA – CPR

**MATÉRIA:** Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022.

**EMENTA DA MATÉRIA:** “*Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás*” e dá outras providências.

**VEREADOR AUTOR:** *Gleibson Gonçalves de Oliveira* (Camarguinho)

**RELATOR:** *Cleiton Pereira Machado*

### RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, de autoria do vereador *Gleibson Gonçalves de Oliveira*, encontra-se com carga para o relator da Comissão Permanente Reunida - CPR da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás, que abaixo subscreve, com fulcro no disposto do art. 40 e seguintes da Resolução n. 005/2000 (regimento interno), no intuito de elaborar PARECER sobre seus aspectos e posterior tramitação.

### PARECER DO RELATOR:

O Relator da Comissão Permanente Reunida - CPR, em análise chegou a conclusão que a respeitável proposição de origem do Poder Legislativo Municipal atende o disposto do Art. 86 e ss, da Resolução Municipal n. 005/2000 (regimento interno), bem como, demais preceitos legais pertinentes, com base no documento apresentado pelo vereador *Gleibson Gonçalves de Oliveira*, resolve emitir PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, onde “*Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás*” e dá outras providências, por tratar-se de matéria constitucional.

Dessa forma, a tramitação está em consonância com o Regimento Interno desta Câmara Municipal e no que se refere à *técnica legislativa considero que está de acordo com o processo legislativo constitucional*, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis e demais atos normativos vigentes no Estado Democrático de Direito.

Por todo o exposto, considerando o parecer jurídico favorável da assessoria do Poder Legislativo do Município de Crixás, VOTO pela Constitucionalidade, Juridicidade e boa técnica legislativa do mencionado Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, onde “*Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás*” e dá outras providências.

Em síntese, **VOTO PELA APROVAÇÃO.**

*Romão* *ERISLEY* *Am*



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2023/2024

## PARECER N.º. 014/2023

14/fevereiro/2022

### COMISSÃO PERMANENTE REUNIDA – CPR

**MATÉRIA:** Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022.

**EMENTA DA MATÉRIA:** “*Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás*” e dá outras providências.

**VEREADOR AUTOR:** *Gleibson Gonçalves de Oliveira* (Camarguinho)

**RELATOR:** *Cleiton Pereira Machado*

### RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, de autoria do vereador *Gleibson Gonçalves de Oliveira*, encontra-se com carga para o relator da Comissão Permanente Reunida - CPR da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás, que abaixo subscreve, com fulcro no disposto do art. 40 e seguintes da Resolução n. 005/2000 (regimento interno), no intuito de elaborar PARECER sobre seus aspectos e posterior tramitação.

### PARECER DO RELATOR:

O Relator da Comissão Permanente Reunida - CPR, em análise chegou a conclusão que a respeitável proposição de origem do Poder Legislativo Municipal atende o disposto do Art. 86 e ss, da Resolução Municipal n. 005/2000 (regimento interno), bem como, demais preceitos legais pertinentes, com base no documento apresentado pelo vereador *Gleibson Gonçalves de Oliveira*, resolve emitir PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, onde “*Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás*” e dá outras providências, por tratar-se de matéria constitucional.

Dessa forma, a tramitação está em consonância com o Regimento Interno desta Câmara Municipal e no que se refere à *técnica legislativa considero que está de acordo com o processo legislativo constitucional*, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis e demais atos normativos vigentes no Estado Democrático de Direito.

Por todo o exposto, considerando o parecer jurídico favorável da assessoria do Poder Legislativo do Município de Crixás, VOTO pela Constitucionalidade, Juridicidade e boa técnica legislativa do mencionado Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, onde “*Institui o Fundo Municipal de Combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás*” e dá outras providências.

Em síntese, **VOTO PELA APROVAÇÃO.**

*Roman...* *ERISLEY* *[assinatura]*



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2023/2024

Ante do exposto, conclui que não há inviabilidade jurídica em relação ao Projeto de Lei n. 026/2022, de 01 de agosto de 2022, momento em que, passo o presente Parecer de n. 14/2022, para análise dos demais membros desta Comissão Permanente Reunida - CPR, na forma regimental vigente, não ferido as normas legais.

**Gabinete n. 03, do Vereador/Relator da Comissão Permanente Reunida, da Câmara Municipal de Crixás, Estado de Goiás, que abaixo subscreve, aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2023.**

*Cleiton Pereira Machado*  
**CLEITON PEREIRA MACHADO**  
Relator da CPR

A FAVOR, pelas conclusões do Parecer <b>Gleibson Gonçalves de Oliveira</b> Presidente da CPR	CONTRA, pela Reprovação do Parecer <b>Gleibson Gonçalves de Oliveira</b> Presidente da CPR
A FAVOR, pelas conclusões do Parecer <b>Cláudio Borges Barros</b> Membro	CONTRA, pela Reprovação do Parecer <b>Cláudio Borges Barro</b> Membro
A FAVOR, pelas conclusões do Parecer <i>Crisley Francisco Marques</i> <b>Crisley Francisco Marques</b> Membro	CONTRA, pela Reprovação do Parecer <b>Crisley Francisco Marques</b> Membro
A FAVOR, pelas conclusões do Parecer <i>Romário Almeida Carneiro</i> <b>Romário Almeida Carneiro</b> Membro	CONTRA, pela Reprovação do Parecer <b>Romário Almeida Carneiro</b> Membro

*Gleibson Gonçalves de Oliveira*  
**GLEIBSON GONÇALVES DE OLIVEIRA**  
Vereador Camarguinho - PL  
Presidente da CPR

Ufe/..



ESTADO DE GOIÁS

# Câmara Municipal de Crixás

ADM. 2021/2022

## DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO AO RELATOR

O Presidente da Comissão Permanente Reunida (CPR), nos usos de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 83, §1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Crixás-Go, encaminha o presente Projeto de Lei n. 026, de 01 de agosto de 2022, de autoria legislativa, que em síntese: **“Institui o Fundo Municipal de combate à Fome, no âmbito do Município de Crixás” e dá outras providencias**, ao Nobre Relator da CPR, Vereador Cleiton Pereira Machado, para que no prazo de 12 (dose) dias exare Parecer.

Crixás, aos 16 de janeiro de 2023

**GLEIBSON GONÇALVES DE OLIVEIRA – CAMARGUINHO**

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE REUNIDA

Ciente:

Data: